

# economia



## Visão Empresarial

### Gustavo Fernandes

Diretor de Formação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

## Ponto de virada – ou a barbárie

Ao décimo dia de setembro de 2025, mataram um homem. Esse homem deixou uma mulher, dois filhos e uma família que naquele dia perderam o chão sob os seus pés. Ele não era próximo de mim ou de minha família, mas eu o conhecia por vídeos na internet. Frequentemente tive discordâncias que pertenceram somente a mim, dado que não as expressei. Seu nome era Charlie Kirk.

Charlie se dedicava a debater abertamente em universidades americanas sobre temas delicados, formato que naturalmente me atraiu. Sou um advogado, um liberal e um gremista, simultaneamente.

A discussão me move, em especial quando um dos debatedores detém uma retórica invejável, como ele detinha. Essa discussão aberta, independentemente do tema ou da posição dos debatedores, sempre me pareceu o caminho para a humanização do diferente, para fundamentar as relações de uma sociedade saudável e para mitigar o risco que hoje bate à porta – o risco da barbárie.

A virtude cobrou o seu preço, Charlie foi assassinado com um tiro no pescoço durante um desses debates livres, em um campus universitário – um lugar onde qualquer ideia poderia ser exposta e discutida –, e a sua morte foi filmada e reproduzida milhares de vezes no mundo inteiro, uma herança que nenhum pai gostaria de deixar aos filhos.

O resultado desse crime me parece ser um ponto de virada no mundo, coincidentemente a tradução literal da instituição fundada por Kirk, a Turning Point USA; a violência política também se faz presente ao Sul do globo.

A violência política que levou a vida de um defensor do discurso livre no norte, também se faz presente ao Sul do globo.

Um mês antes, no décimo primeiro dia de agosto, falecia Miguel Uribe, também deixando uma esposa e um filho que terão sempre a imagem da morte do pai e marido, levado por uma bala em meio a um discurso.

Em ambos os casos, radicais de esquerda realizaram o ato e, posteriormente, tiveram sua conduta amenizada – e até celebrada – por portais ideologicamente alinhados, os quais rotulavam a vítima, e não o algoz, como extremista. Tal contexto se assemelha ao que foi feito durante algumas ditaduras, em que portais auxiliavam na naturalização da violência e celebravam o fim de dissidentes.

O resultado será o mesmo de outrora. A barbárie é neutra ideologicamente, decorre do medo sobre a natureza do outro e está sujeita à terceira lei de Newton.

O exercício da força, como resposta ao medo sobre o outro, gerará resposta de igual natureza em sentido contrário, fruto do medo gerado pela conduta anterior.

Essa é a consequência da morte da liberdade de expressão, a troca das nuances que o diálogo proporciona pelo absolutismo das certezas e da violência. Precisamos de um ponto de virada, antes que seja tarde demais.

O resultado desse crime me parece ser um ponto de virada no mundo, coincidentemente a tradução literal da instituição fundada por Kirk, a Turning Point USA; a violência política também se faz presente ao Sul do globo

# Juros altos reforçam atratividade da renda fixa

Poupança, modelo mais popular, vem perdendo espaço entre os investidores

## / INVESTIMENTOS

Gabriel Margonar  
gabrielm@jcrs.com.br

Com a taxa Selic confirmada em 15% ao ano, o investidor brasileiro segue privilegiando a renda fixa em detrimento da renda variável. O cenário é refletido no ranking de captações divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima): no primeiro semestre de 2025, o volume de originação de produtos de renda fixa e híbridos chegou a R\$ 262,1 bilhões, enquanto a renda variável somou apenas R\$ 2,15 bi.

Nos últimos 12 meses, a diferença é ainda mais expressiva: R\$ 520,4 bilhões contra R\$ 2,81 bilhões.

Na prática, o montante movimentado pela renda fixa foi mais de 100 vezes superior ao da renda variável, sinalizando a prioridade dos investidores por segurança em meio a juros elevados. A própria poupança, embora ainda seja a aplicação mais popular no País, perdeu espaço: encolheu 1,5% no primeiro semestre e fechou junho com R\$ 956,9 bilhões aplicados, mesmo em um contexto em que o volume total de investimentos cresceu 6,8%, para R\$ 7,9 trilhões.

Segundo Gustavo Inácio de Moraes, economista e professor da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), a manutenção da Selic em patamares tão altos “funciona como um convite para investir em renda fixa”. Ele lembra que títulos públicos, como o Tesouro Selic e o Tesouro IPCA+, oferecem retornos significativamente superiores à poupança, com risco baixo.

“O problema da poupança está na sua própria regra de remuneração, que é historicamente ruim. Tecnicamente, não há justificativa para manter recursos nela em qualquer cenário de juros”,



RS é o quinto estado do Brasil com mais investidores pessoa física

afirma. Em regra, a poupança rende 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic está acima de 8,5% ao ano; se a Selic fica igual ou abaixo desse patamar, o rendimento passa a ser de 70% dela, também acrescido da TR.

Segundo o último Raio X do Investidor Brasileiro, também da Anbima, 37% da população com mais de 16 anos tinham algum tipo de investimento financeiro em 2024 – cerca de 59 milhões de pessoas. A poupança segue como o produto mais comum, mas caiu de 25% para 23% da população em um ano.

Ainda assim, 32 milhões de brasileiros investem apenas na caderneta, mesmo em desvantagem frente a alternativas básicas da renda fixa. A digitalização também acelera essa transição: quase metade (49%) dos investidores já utiliza aplicativos de bancos e corretoras para aplicar, tendência mais forte entre os jovens.

O Rio Grande do Sul aparece como o quinto estado em número de investidores pessoa física, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Para Moraes, o perfil regional reforça uma tendência de cautela. “O investidor gaúcho tende a ser mais conservador, com menor participação em Bolsa, fundos

imobiliários e ETFs. Há uma preferência clara por produtos de menor risco e volatilidade”, observa.

Para o economista, mesmo que haja expectativa de uma queda gradual dos juros a partir de 2026, dificilmente o Brasil conviverá com uma Selic abaixo de dois dígitos por longos períodos. Isso significa que a renda fixa – especialmente os títulos atrelados à inflação – deve permanecer como pilar das carteiras.

“A renda variável pode voltar a ganhar espaço em momentos específicos, mas estruturalmente o Brasil é um país de juros altos. O investidor que souber explorar bem esse cenário terá ganhos consistentes”, conclui Moraes.

A reportagem simulou quanto renderia uma aplicação de R\$ 1 mil em diferentes modalidades de investimento ao longo de 12 meses, considerando a Selic a 15% ao ano. O resultado evidencia a distância entre a poupança e outras alternativas básicas de renda fixa.

Enquanto a caderneta chegaria a apenas R\$ 1.061,70 no período, Tesouro Selic e CDBs atrelados ao CDI ultrapassariam R\$ 1.127, mesmo após o desconto do Imposto de Renda. Já as LCIs e LCAs, que oferecem isenção tributária, renderiam cerca de R\$ 1.115 no mesmo horizonte.

## Quanto rende R\$ 1 mil investido em renda fixa com a Selic a 15%

Aplicação	Rendimento bruto (12m)	IR?	FGC?	Liquidez	Valor líquido aprox.
Poupança	6,17% a.a.	Não	Não	imediato	R\$ 1.061,70
Tesouro Selic	15% a.a.	Sim (20%)	Não	D+1	R\$ 1.127,50
CDB 100% CDI	15% a.a.	Sim (20%)	Sim	varia	R\$ 1.127,50
LCI/LCA 90% CDI	~13,5% a.a.	Não	Sim	varia (carência)	R\$ 1.115,00